



## Poder Legislativo

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### ATO DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Aposentar, por invalidez, com proventos proporcionais, a servidora ALICE CECÍLIA GUIMARÃES DE SOUZA, ponto 5.212, no cargo efetivo de Técnico Legislativo, atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, padrão 10, com fundamento no inciso I do § 1º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, incluído pela Emenda Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012, e com o inciso I do artigo 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora JACINTA BERNADETE RIOS PEIXOTO DA SILVEIRA, ponto n. 4098, no cargo efetivo de Analista Legislativo, atribuição Taquígrafo Legislativo, Classe Especial, Padrão 10, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MARIA TEREZA COELHO REZENDE, ponto n. 1885, no cargo efetivo de Analista Legislativo, atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor NÉRCIO VALERIANO, ponto 3.837, no cargo efetivo de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legislativos, área Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 10, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

HENRIQUE EDUARDO ALVES

#### DIRETORIA-GERAL DIRETORIA DA COORDENAÇÃO DE SECRETARIADO PARLAMENTAR

#### PORTARIAS DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

O Diretor da Coordenação de Secretariado Parlamentar, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º da Portaria n.º 53, de 2002, do Senhor Diretor Administrativo, resolve:

Nº 5.302 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 29 de setembro de 2014, VALDA BARBOSA SANDOVAL, ponto n.º 178135, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP19, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) ZE VIEIRA.

Nº 5.303 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 29 de setembro de 2014, CLAUDETE ANDRADE VERGNE, ponto n.º 237673, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP03, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) MARCOS MEDRADO.

Nº 5.304 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 29 de setembro de 2014, ISABELLA CRISTHINA RABELO DA SILVA, ponto n.º 243028, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP23, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) MARCELO AGUIAR.

Nº 5.305 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 29 de setembro de 2014, FRANCISCO GODEIRO CARLOS NETO, ponto n.º 243478, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP05, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) BETINHO ROSADO.

Nº 5.306 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 29 de setembro de 2014, DYANNA DEUNGARO, ponto n.º 244994, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP25, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) ROBERTO DORNER.

Nº 5.307 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 29 de setembro de 2014, DIEGO LINHARES SILVA, ponto n.º 245315, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) BETINHO ROSADO.

Nº 5.308 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ADALBERTO TEIXEIRA DE SOUZA para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) MARCOS MEDRADO, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 5.309 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, AMANDA BARBOSA ALMEIDA para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) ZE VIEIRA, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP13, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 5.310 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ANA MARIA DAS VIRGENS DOS SANTOS para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) JANIO NATAL, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP17, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 5.311 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, GABRIELA NUNES LIMA para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) MARCELO AGUIAR, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP23, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 5.312 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, GICELMA VIANA MATOS para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) DALVA FIGUEIREDO, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP01, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 5.313 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, IGNA APARECIDA CAVALCANTE FERNANDES para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) BETINHO ROSADO, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 5.314 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ROQUE JOSÉ DE OLIVEIRA para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) MARINHA RAUPP, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP18, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

EMERSON BRITO DE MELO

#### SENADO FEDERAL DIRETORIA-GERAL DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO

#### PORTARIA Nº 2.757, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral n.ºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.009423/2014-42, resolve:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, EDUARDO CORREIA DA COSTA BARROS para exercer o cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Intermediário, APSF02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Fernando Collor.

ILANA TROMBKA

#### PORTARIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Recursos Humanos no Processo SF nº 00200.010936/2014-04 (fls. 46/47), resolve:

Nº 2.744 - aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor LUIZ CARLOS GRANGEIRO, Técnico Legislativo/Processo Legislativo, Nível II, Padrão M-36, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas nos artigos 1º e 3º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral n.ºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.009856/2014-06, resolve:

Nº 2.758 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, LUCIVANDA MARIA LEITE para exercer o cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Sênior, APSF04, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Douglas Cindra.

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral n.ºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.007210/2014-86, resolve:

Nº 2.759 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, MOACYR PARRA MOTTA para exercer o cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, APSF01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

ILANA TROMBKA

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### PORTARIA Nº 231, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 9º e no inciso II do artigo 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Por solicitação do Ministro Roberto Barroso, exonerar, a pedido, ANTHAIR EDGARD DE AZEVEDO VALENTE E GONÇALVES, Analista Judiciário, Área Judiciária, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, nível CJ-3, do seu Gabinete, a partir de 1º de outubro de 2014.

Art. 2º Por solicitação da Ministra Cármen Lúcia, nomear ANTHAIR EDGARD DE AZEVEDO VALENTE E GONÇALVES, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Vice-Presidência, nível CJ-3, em seu Gabinete.

MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

#### SECRETARIA

#### DESPACHO DO DIRETOR-GERAL Em 29 de setembro de 2014

A Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 95 da Lei nº 8.112/1990, autorizou a servidora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região TANDRESSE WANDERLEY DE SOUZA, Analista Judiciária, Área Judiciária, da Seção Judiciária de Minas Gerais, a se afastar do País no período de 10 de setembro de 2014 a 10 de setembro de 2016, com ônus limitado, para cursar programa de pós-graduação strictu sensu em Direito - Ciências Filosóficas, pela Universidade de Coimbra, Portugal.

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA

#### SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

#### PORTARIA Nº 139, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inciso II do artigo 9º e no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Dispensar ANTONIO MARCOS MONTEIRO BORGES, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, da função de confiança de Assistente I, nível FC-01, da Seção de Soluções Corporativas.

Art. 2º Designar CIDE CAETANO COELHO PINHEIRO DE OLIVEIRA, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, para exercer a função de confiança de Assistente I, nível FC-01, na Seção de Soluções Corporativas.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

#### CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DIRETORIA-GERAL

#### PORTARIA Nº 154, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do caput do art. 38 da Lei nº 8.112/90 e da alínea "d" do inciso XI do art. 3º da Portaria nº 112/2010, resolve:

I - Dispensar JOSÉ FRANCISCO ALVES do encargo de substituto do Chefe da Divisão de Gestão Estratégica e Projetos, nível CJ-2.

II - Designar ADILSON MEDEIROS DA SILVA como substituto do Chefe da Divisão de Gestão Estratégica e Projetos, nível CJ-2.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

#### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 592, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

dispensar, a pedido, a partir de 1º de outubro de 2014, TERESA CELESTE RICARTE DOS SANTOS da função comissionada de Assistente II, Nível FC-2, da Corregedoria-Geral Eleitoral.

LEDA BANDEIRA

#### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 555, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições e considerando o disposto na Resolução STJ n. 3 de 21 de fevereiro de 2014 e na Portaria STJ n. 172 de 31 de março de 2014, resolve: